

**A CONSTRUÇÃO DO FEMININO  
NA LITERATURA INDÍGENA: IDENTIDADE E DIFERENÇA**

*Paola Efelli Rocha de Sousa Lima (UFT)*

[paola@fest.edu.br](mailto:paola@fest.edu.br)

*Walace Rodrigues (UFT)*

[walace@uft.edu.br](mailto:walace@uft.edu.br)

**RESUMO**

Esta pesquisa busca mostrar uma reflexão acerca da poesia indígena brasileira, com base nos Estudos Culturais, sobre a figura feminina e as diferenças que formam as identidades representadas nos textos. Tomamos como caso de estudo dois poemas da poeta indígena amazonense Márcia Wayna Kambeba, retirados de seu livro intitulado “Aykakyritama (Eu moro na cidade)”, de 2013. Este trabalho deu-se por meio de um estudo teórico e tomou como instrumento uma revisão bibliográfica, acrescida da análise de dois poemas. Vale salientar que a mulher ocidental passou por um longo período histórico de subjugamento e inferiorização. Durante muitos anos elas não podiam estudar, votar ou trabalhar fora de casa, pois elas tinham apenas a função de cuidar do lar e procriar. No matrimônio elas eram “propriedade” dos maridos, que poderiam fazer o que quisessem com elas, até matar. Nesse cenário, a mulher foi excluída, silenciada e marginalizada. Quando se trata da mulher indígena, essas características são distintas, pois o espaço reservado à mulher indígena é rigidamente marcado na sociedade, e isso parece se refletir nas produções poéticas analisadas. Entender a literatura indígena na voz de uma mulher indígena significa entender o papel da mulher indígena na contemporaneidade. Nosso resultado preliminar demonstra que os Estudos Culturais podem ser de grande valia para auxiliar na análise de poesia indígena, pois esse campo de conhecimento busca trabalhar com conceitos fora da tradição ocidental e que abarcam as identidades dos povos não ocidentais.

**Palavras-chave:**

Feminino. Estudos culturais. Literatura indígena.

**ABSTRACT**

This research shows a reflection on Brazilian indigenous poetry, based on Cultural Studies, on a female figure and differences that form as identities represented in the texts. We take as case study two poems of Amazonian indigenous poet Márcia Wayna Kambeba, retired from his book entitled “Aykakyritama (I live in the city)”, 2013. This work was done through a theoretical study and as an instrument. bibliographic review, plus the analysis of two poems. It is not worthy that a Western woman went through a long historical period of subjugation and inferiority. For many years, they could not study, vote or work at home, as they had only the function of taking care of the home and other people. In marriage they were the “property” of their husbands, who could do what they wanted with them, even killing them. In this scenario, a woman was excluded, silenced and marginalized. When dealing within indigenous women, these characteristics are distinct, the space reserved for indigenous women is rigidly marked in society, and this seems to reflect in the poetic productions analyzed. Understanding

indigenous literature in the voice of an indigenous woman means understanding the role of indigenous women in contemporary times. Our preliminary result demonstrates that Cultural Studies can be of great value to assist in the analysis of indigenous poetry, as this field of knowledge seeks to work with concepts outside the Western tradition that embrace the identities of non-Western peoples.

**Keywords:**

**Feminine. Cultural studies. Indigenous literature.**

## **1. Introdução**

A mulher ocidental passou por um longo período histórico de subjugamento e inferiorização, durante muitos anos não podia estudar ou trabalhar fora de casa, tinha apenas a função de cuidar do lar e procriar, o objetivo da mulher era apenas o casamento. No matrimônio, era propriedade da marido, que poderia fazer o que quisesse com ela, até matar. Nesse cenário, a mulher foi excluída, silenciada e marginalizada. Mas quando se trata da mulher indígena essas características são divergentes, podemos perceber isso por meio da literatura indígena, e notamos que existe muita força e resistência nas ações das mulheres indígenas que não são observados na mulher ocidental.

Essa resistência indígena pode se manifestar por diversas formas de arte, na cultura, na dança, nas pinturas e artesanatos. Uma forma de manifestação escolhida por nós foi a literatura, na voz de uma mulher indígena.

A mulher ocidental alcançou um certo reconhecimento no campo literário, mesmo que algumas autoras ainda se escondam atrás de nomes masculinos, mas esse é um espaço que ainda precisa ser conquistado pelas escritoras indígenas, pois os cânones literários são de origem ocidental e masculina.

Nesse cenário, a literatura indígena representa a resistência do povo indígena que luta por reconhecimento, por seu território e pelo direito de permanecer em uma terra que originalmente era sua, até a invasão dos portugueses.

É nesse cenário de força e resistência que apresentamos aspectos de identidade marcados pela diferença nos textos da autora indígena Márcia Kambeba, em seu livro “Aikaritama” (eu moro na cidade), em uma análise da literatura indígena tomando como base os estudos culturais, para que possamos entender um pouco do papel da mulher indígena na atualidade.

## 2. *Historicidade*

O percurso histórico feminino ocidental foi marcado por inferioridade, preconceito e estigmas, na esfera social, política e até mesmo no seio familiar. A mulher enfrentou, e enfrenta até hoje, preconceito no modo de pensar, de agir, de vestir e de escrever. Durante muito tempo foi considerada incapaz de pensar por vários filósofos do século XIX, como Schopenhauer (*Apud* GASPARETTO, 2002), ao afirmar que a mulher tinha cabelos longos e pensamentos curtos. Além disso, relatos históricos afirmam que o aprendizado da leitura e da escrita priorizavam apenas os meninos (ZILBERMAN, 2009).

Com base nisso, a mulher ocidental não era considerada uma cidadã, visto que não podia estudar, trabalhar fora de casa, votar ou ser votada, esses direitos foram conquistados por meio de muitas batalhas, protestos e mortes. Segundo Maria Berenice Dias (2010), “O lugar dado pelo Direito à mulher sempre foi um não-lugar. Sua presença na História é uma história de ausência. Era subordinada ao marido, a quem precisava obedecer”.

E nesse cenário a mulher ocidental foi excluída, silenciada e marginalizada. Quando se trata da mulher indígena, essas características são diferentes, pois as mulheres indígenas são um símbolo de força e resistência, essas características são evidenciadas nos textos de algumas autoras indígenas, como Márcia Kambeba, Graça Graúna e Eliane Potiguara. A literatura indígena está na frente de combate ao esquecimento indígena promovido pelo discurso nacional dominante, que procura colocar o indígena em um “não lugar”, sem identidade e sem território, essas autoras lutam para que a cultura indígena seja preservada.

Essa luta pode ser vivenciada por meio dos textos de autoras indígenas, pois eles demonstram a tradição oral desse povo, desse modo, todas as informações sobre cultura, história e demais conhecimentos diversos desses povos são transferidos de geração em geração por meio da oralidade, é por isso que os anciões das tribos são os mais respeitados, pois são os sujeitos detentores do maior conhecimento sobre a aldeia. Entretanto, alguns especialistas afirmam que quando o indígena escreve deixa de ser indígena, porque isso é incompatível com sua tradição oral (MUNDURUKU, 2018). Por conta desses fatores, escrever em uma língua ocidental é um processo difícil para o indígena.

Escrever não é uma tarefa fácil, e para o indígena, escrever em uma língua que não é a sua língua materna representa um desafio. Até

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

porque alguns estudiosos afirmam que não existe uma literatura indígena, e tal categoria só existirá quando a literatura for produzida em língua indígena e não em línguas ocidentais. Para Munduruku (2018, s/p), “está claro que haverá um outro passo a ser dado, que é escrever na própria língua e com parâmetros intelectuais desenvolvidos por pensadores indígenas. Nesse momento, diria, teremos uma literatura indígena”.

Durante a colonização, os índios foram massacrados, e algumas etnias foram completamente extintas. A cultura do colonizador foi imposta a custo de extermínio e escravidão (MACIEL, 2013). Durante o histórico da população indígena, eles foram impossibilitados de escrever e expor seus costumes, suas crenças, sua história, assumindo um lugar de subalternidade social. Por isso a memória oral continuou sendo a única forma que os indígenas encontraram para registrar a sua história (GRA-ÚNA, 2012).

Nesse sentido, a formação do cânone literário ocidental foi construído com obras de autoria masculina, ocidental, branca e de classe alta, essa foi a composição dominante do universo literário do país, que determinou os códigos de representação e produção da área. Devido a isso, qualquer modelo literário que não corresponda aos já pré-constituídos por essa ideologia dominante está fadado ao fracasso, segundo alguns teóricos, por não ser considerado literatura. Aí está a justificativa para a subalternidade e exclusão de determinados grupos da pirâmide social e consequentemente do universo literário (REIS, 1992).

Os registros sobre os índios, que temos conhecimento nos estudos literários e históricos, são uma visão ocidentalizada do “selvagem” que vive na mata, usa roupa de penas e sobrevive da caça e pesca. Ao ter acesso a textos escritos por autores indígenas, o leitor pode conhecer a versão dessa história na voz do povo colonizado, que ficou silenciada durante anos.

Nesse cenário, o papel do intelectual pós-colonialista é criar e desenvolver espaços nos quais o subalterno tenha voz, onde ele consiga se pronunciar na certeza de que será ouvido (SPIVAK, 2018). Essa manifestação pode ser feita de diversas formas, pela música, por apresentações culturais, danças e vídeos. Dentre elas, uma forma de “dar voz” ao sujeito subalterno é por meio da literatura, pois por ela pode ser registrada toda a história ancestral desse povo, enfatizando suas batalhas, vitórias, conquistas, derrotas, crenças e cultura.

Nesse contexto de produção indígena, algumas autoras ganham

destaque no cenário nacional, dentre elas podemos citar: Eliane Potiguar, Graça Graúna e Márcia Kambeba. Esta última é a autora da obra objeto de análise desse artigo, a qual escreveu o livro “Aykakyrítama (Eu moro na cidade)”, tomamos alguns poemas para analisar a cultura indígena na voz da autora, sob a égide dos estudos culturais.

### 3. *Questões de identidade*

Antes de abordar a identidade feminina presente nos textos indígenas e a importância de se evidenciar a força da mulher indígena e a sua função na sociedade contemporânea, é necessário levantar alguns pontos clássicos sobre o conceito de identidade no cenário atual.

Tratar de identidade não é uma tarefa simples, apesar de ser um assunto muito discutido nas últimas décadas, falar de identidade intriga e coloca em questionamento os sujeitos analisados. Além do mais, esse tema possui duas vertentes principais de percepção: perspectivas essencialistas e perspectivas não essencialistas (SILVA, 2014).

Trazendo essa perspectiva para o nosso campo de estudo, de um lado existem os teóricos essencialistas que defendem que há um conjunto de características autênticas e límpidas comum de todos os indígenas, por exemplo, e que elas não mudam com o passar do tempo, essas características são inerentes ao sujeitos, independente do lugar ou época em que estejam situados. Já a definição não essencialista, possui uma outra perspectiva: observar as diferenças ao invés das similaridades, entre os próprios indígenas ou entre os indígenas e os ocidentais, essa perspectiva também leva em consideração o que significa ser um indígena na atualidade, pois isso tem mudado ao longo dos séculos desde o período colonial.

Desse modo, segundo Silva (2014) para afirmar uma identidade, como por exemplo a indígena, é necessário não apenas colocá-la em oposição a outra identidade, mas também reivindicar essa identidade autêntica e verdadeira que não se modificou, mesmo com o passar dos anos, encontrando assim uma “verdadeira” identidade indígena.

Foi a partir da modernidade tardia que o sujeito começou a ser visto como um ser fragmentado e provido de muitas identidades, mesmo que essas identidades sejam mal resolvidas e por vezes contraditórias. Nessa perspectiva, é possível observar a identidade como algo que é entendido a partir das diferenças, e não mais como algo imutável. A identi-

dade não é algo hermético, ela é construída por meio de uma convecção social, que está relacionada com a representação (HALL, 2014).

Para nos aprofundarmos na questão de identidade, é necessário levantarmos alguns conceitos básicos e centrais envolvidos nessas discussões a respeito do tema, para compreendermos como a identidade funciona e como ela deve ser estudada.

Segundo Silva (2014), a identidade é marcada por abordagens essencialistas, no intuito de definir quem pertence ou não pertence a um determinado grupo identitário, colocando-a como algo fixo e imutável. Em outros momentos a identidade é percebida como algo inerente à natureza, como por exemplo as relações de raça e hereditárias, entretanto, as abordagens que aparecem com maior frequência estão relacionadas a uma versão essencialista, arraigadas a algum período histórico no passado que não pode ser mudado e está intimamente associado ao sujeito.

Ainda nesse contexto relacional, a identidade está associada também à convivência, definida por uma marcação simbólica, como uma bandeira nacional. Ela também está vinculada a condições sociais e materiais. A identidade é construída também com base no simbólico e no social. Sendo que a marcação simbólica define quem será incluído ou excluído com base nas práticas e relações sociais, e a vivência dessa segregação é a diferenciação social (SILVA, 2014).

A identidade também está associada a um exame de sistemas classificatórios, que evidenciam como as relações se organizam e se dividem, nesse caso, deve-se ter pelo menos dois grupos em oposição – “nós e eles”, indígenas e ocidentais.

Assim como nos explica Hall (2013), os sistemas classificatórios são utilizados por nós para que a realidade tenha sentido. A cultura também nos situa em sociedade enquanto sujeitos a partir das classificações que são feitas no convívio social que estamos inseridos. Dessa forma, podemos definir quem nós somos e o que podemos ser.

Para compreender porque estamos levantando esses conceitos que estão envolvidos na questão da identidade, é necessário examinarmos a forma como a identidade é apresentada no “circuito da cultura”, e também como a identidade e a diferença estão relacionadas com a discussão sobre a representação (HALL, 2013).

Trazendo essa análise para o contexto da sociedade brasileira, entende-se que ela é composta por diversos povos, conforme o processo

histórico que o país passou. As origens do povo brasileiro não são únicas, mas muitas. Na antiguidade, as terras do país pertenciam a um determinado povo, que pereceu com o processo de colonização, por meio de doenças e do trabalho pesado. Todos os povos foram deslocados de sua realidade materna, do seu pertencimento nato, tanto os que aqui chegaram como os que já estavam no país, mesmo antes do descobrimento. Isso nos coloca numa busca eterna pelo nosso local de pertencimento, pois não pertencemos mais ao local de origem, no entanto não pertencemos também ao local que nos encontramos hoje. Um reflexo sobre essa busca pelo lugar de pertencimento é que se tem discutido muito sobre identidade nas últimas décadas, segundo Mercer (*Apud* SILVA, 2014, p. 20) “quase todo mundo fala agora sobre ‘identidade’. A identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.

Os termos “identidade” e “crise de identidade” são termos muito utilizados atualmente, pois a partir momento em que se levanta questões de ressurgimento de identidades étnicas nacionais que sucumbiram no tempo, acontece o conflito com as identidades atuais que se formaram da união de todas identidades existentes no processo social.

Alguns autores argumentam que “crises de identidade são características da modernidade tardia e que sua centralidade atual só faz sentido quando vistas no contexto das transformações globais que têm sido definidas como características da vida contemporânea” (GIDDENS *apud* SILVA, 2014, p. 21).

Nesse sentido, a globalização tem uma parcela significativa no processo de diáspora que envolve todo o globo terrestre, uma vez que ela envolve uma interação entre fatores históricos e culturais, essa interação causa mudança nos padrões de produção e consumo, desencadeando em novas identidades globalizadas, movimentadas e desenvolvidas em uma relação de consumo provocada pelo capitalismo presente na globalização. Como exemplo disso, podemos citar os jovens que usam *iPhone* e comem hambúrgueres no *McDonald's*, eles formam um grupo de “consumidores globalizados”.

Entretanto, a globalização provoca diferentes resultados nas identidades. A homogeneidade cultural que esse mercado consumista provoca nos indivíduos pode desenvolver um distanciamento dessa realidade e desse grupo social, podendo levar a uma resistência que pode reafirmar e fortalecer determinadas identidades que não se encaixam nesse padrão de

consumo e consequentemente não se sentem parte do grupo. Esse paradoxo também pode levar ao surgimento de novas posições de identidade.

Nessa esteira, o processo de globalização provoca a migração de trabalhadores para diferentes áreas do globo terrestre, para fugir do desemprego, da fome, da miséria, dentre outras situações que causam a falta de dignidade humana. Essa realidade provoca impactos tanto sobre os países de origem quanto sobre os países de destino. Um exemplo brasileiro dessa migração em todo o mundo é o bairro Liberdade, localizado na cidade de São Paulo, que é formado apenas por japoneses que vieram em busca de emprego e melhor qualidade de vida no Brasil.

Esse movimento migratório em todo o globo reflete nas identidades que são moldadas em diferentes lugares com junção de diferentes culturas e sujeitos. “Essas novas identidades podem ser desestabilizadas, mas também podem ser desestabilizadoras” (Silva, 2014). O conceito de diáspora abordado por Hall (2013) é o que nos permite compreender como isso acontece, como as identidades não têm uma pátria e não podem ser associadas a uma única fonte, fixa e imutável.

A identidade deve ser vista não como única e imutável, pois não temos como negar as miscigenações que ocorreram e que ainda ocorrerão no decorrer da história por todo o globo. Hall (2013, p. 33) esclarece que as sociedades são compostas por vários povos, as origens são muitas, segundo ele “a identidade é irrevogavelmente uma questão histórica [...] a terra não pode ser ‘sagrada’, pois foi ‘violada’ – não vazia, mas esvaziada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar”.

A história está marcada por violentas rupturas, as quais não podem ser apagadas. Segundo Hall (2013, p. 36), “o conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está tudo fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “Outro” e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora”, ou seja, o que pertence ou não a determinada identidade, mas que não pode ser fixada definitivamente.

Pensar a identidade como sendo límpida e pura, foi o que provocou o genocídio liderado pelos nazistas ao longo da Segunda Guerra Mundial, que exterminou mais de seis milhões de pessoas consideradas “impuras”, dentre elas judeus, ciganos, homossexuais, testemunhas de Jeová, pessoas com deficiência física ou mental, partindo do pressuposto de que a raça alemã era superior aos demais, que estes eram indignos de viver no país, por isso deveriam ser exterminados. Segundo Bauman

(1998, p. 40), “a civilização moderna não foi a condição suficiente do holocausto, mas ela foi sua condição necessária. Sem ela o holocausto seria inimaginável”. Dessa forma, a modernidade e a noção de “identidade em crise” contribuíram para o acontecimento do holocausto.

O caminho para a descoberta da identidade é reafirmar as diferenças e não as singularidades que existem entre os sujeitos. Também é deixar de examinar os motivos que fizeram com que determinadas histórias se cruzassem, pois não é possível separar os sujeitos depois que a vida se passou, não existe a possibilidade separar as histórias já vividas.

Esse reconhecimento da identidade também é discutido por Hall (2013), ao abordar sobre a cultura caribenha, que é essencialmente diaspórica, e segundo antropólogos, suas culturas são “impuras”, pois a maioria dos cidadãos existentes no caribe vieram de outros lugares. Hall afirma que é por meio dessa impureza, da mistura de raças, culturas, ideias, políticas, canções e danças, que a novidade entra no mundo. Entretanto, não se sugere que os elementos diferentes entrem em harmonia com os outros, pois eles são diferidos pelas relações de poder entre os sujeitos, sobretudo nas relações de dependência que o colonialismo sustenta.

Nesse processo de reapropriação da cultura, há o questionamento se existe uma verdade histórica única, que possa ser resgatada. Isso nos leva a pensar sobre um passado construído com base em heranças que são sustentadas pela indústria para vender mansões, por exemplo, pois estariam representando a história autêntica da sociedade inglesa antiga, ou a cultura inglesa apresentada nos romances de Jane Austen, que é sustentado como um passado inglês autêntico.

Assim, as histórias devem ser contestadas e examinadas, para que possamos entender a sua autenticidade, pois se temos histórias diferentes, temos também sujeitos e identidades diferentes. Stuart Hall (2013) explica os diferentes tipos de identidade, bem como todo o processo que é necessário para se autenticar uma determinada identidade, quando se descobre o seu determinado passado. Assim, existe um ponto de partida sinalizado pela questão de quem e o que nós falamos, ou seja, existe sempre uma posição histórica e cultural que o sujeito se apropria na hora da fala. A primeira concepção de identidade cultural apresentada pelo autor, é quando uma comunidade procura a sua verdadeira história, a segunda é quando o sujeito, além de buscar sua raiz histórica, reconhece que não pertence mais ao local de origem, isso não representa negar o passado relacionado à identidade, mas entender que o sujeito precisa se reconstruir

a partir do processo de transformação cultural sofrido pela comunidade. Nesse sentido, o conceito de identidade não é fixo ou completo, mas temos uma pluralidade de centros identitários, pois é algo em transição, levando em consideração as misturas que ocorrem entre as culturas e identidades nos processos diaspóricos.

Apesar de a identidade se modificar principalmente pelas mudanças de lugares dos sujeitos, os movimentos diaspóricos, ela também sofre influência com as mudanças econômicas, como por exemplo as modificações nos padrões de consumo movimentadas pela indústria e pelo capitalismo (SILVA, 2014).

Do mesmo modo, a identidade, além de se mostrar em construção, ela também se apresenta de formas diferentes a depender do contexto em que o sujeito se apresente. Pois os indivíduos vivem em diferentes instituições, família, amigos, trabalho, escola, e cada um desses grupos possui um contexto simbólico específico. Por exemplo, a casa é um local onde a mídia consegue exercer o seu poder de influência para produzir determinados tipos de identidades, por meio de anúncios, das novelas, hoje temos os famosos *digital influencers*<sup>10</sup>, que conseguem influenciar centenas e até milhares de pessoas, por meio das suas redes sociais, com o seu estilo de vida, hábitos e opiniões, atualmente essas pessoas ganham muito dinheiro para usar determinado produto e convencer as pessoas a usá-lo.

Mesmo que vejamo-nos como sendo as mesmas pessoas em todos os lugares e situações, os ambientes em que nos pronunciamos exercem uma grande influência sobre nós e isso nos faz exercer posicionamentos diferentes, a depender do contexto. Assim, diferentes contextos nos fazem ter diferentes posicionamentos, dependendo dos papéis sociais que estamos exercendo (HALL, 2013).

Assim, a identidade possui um conceito complexo que requer atenção, uma vez que os sujeitos estão em busca da sua “verdadeira” identidade, e para que isso aconteça, é necessário antes de tudo que o sujeito descubra a sua verdadeira história, sua base cultural, sua essência. Sabemos que ele não poderá retornar ao seu local de origem, mas descobrir uma nova identidade a partir do local em que se encontra.

---

<sup>10</sup> O digital influencer é a pessoa que detém o poder de influência em um determinado grupo de pessoas. Os influenciadores digitais impactam centenas e até milhares de seguidores, todos os dias, com o seu estilo de vida, opiniões e hábitos. (Disponível em: <<https://freesider.com.br/marketing-digital/o-que-e-um-digital-influencer/>>)

A identidade sofre influência de vários aspectos na sociedade, ainda que seja de modo inconsciente os indivíduos são influenciados pelas mais diversas formas de comunicação no meio social, entender a identidade é entender a história de um povo e restaurar e reafirmar a sua essência.

#### **4. Sobre literatura indígena**

A literatura indígena é um campo recente de estudo, pois os indígenas possuem a tradição oral como cultura. Desse modo, existe uma forte relação da escrita indígena com a oralidade, ainda que os textos sejam escritos em uma língua ocidental.

Por conta dessa cultura, os autores indígenas enfrentam preconceito ao escrever, pois muitos entendem que eles estão renegando suas origens, quando na verdade a escrita é a reafirmação da identidade registrada pelos ancestrais (MUNDURUKU, 2018).

Nesse sentido, estudar a literatura indígena é um convite para desconstruir e repensar esses preconceitos e estereótipos existentes nesse ramo de produção. Essa modalidade tem evoluído, mas ainda está buscando um espaço de reconhecimento social. O “ser indígena” evoluiu com o passar dos anos, é preciso redescobrir o que é ser índio hoje e a visão da cultura indígena na mídia, na poesia, na prosa e nos livros (GRAÚNA, 2017).

A literatura indígena tem fundamental importância nesse processo de redescobrimto do “ser indígena” na contemporaneidade, mas para que isso aconteça é preciso que os indígenas tenham a oportunidade de apresentar sua cultura nas áreas de difusão de conhecimento, como escolas e universidades, e isso se dá pelo domínio da escrita, tanto da língua indígena quanto na ocidental.

Ao dominar a técnica da escrita, ela poderá ser utilizada em defesa dos direitos indígenas ou para terem autonomia na sociedade ocidental. Aprender a escrita não significa negar a tradição oral, mas transformar a memória em identidade, reforçar o que foi, e é, passado de geração em geração por meio da oralidade. A literatura indígena tem a função de reforçar a memória tradicional do povo indígena. Essa memória deve se atualizar para se manter viva e a escrita tem um grande significado nesse processo. Estudar Literatura Indígena é reforçar a memória do povo indígena, no sentido de reafirmar a sua existência e a sua identidade. (MUN-

DURUKU, 2008).

Sobre essas relações da oralidade com a literatura indígena, entende-se que a Literatura indígena é um processo dinâmico composto pela força da oralidade e das ações que criam vida na voz dos recitadores. A medida que o mundo evolui, o discurso também evolui e vira outro. O passado é modificado pelo presente e os espaços devem se adequar a essas mudanças. “Nada menos primitivo que este trabalho de reinvenção constante – estamos longe de ideias de autenticidade paradas no tempo.” (FIOROTTI; MANDAGARÁ, 2018, p. 15).

Nesse ínterim o indígena precisa de apoio para se manifestar, pois, segundo Derrida (*Apud*, SPIVAK, 2018), o subalterno não pode falar por si mesmo, mas o estudioso, também denominado por ele de “quase-outro”, deve assumir a voz do sujeito pesquisado e dar vida até aos silêncios que não foram ditos no discurso, desse modo, fazer com que o discurso do outro ganhe vida na voz do “quase-outro”.

Uma forma de analisar e compreender a voz desse sujeito subalterno na literatura indígena é por meio dos Estudos Culturais. Tal campo de investigação tem caráter interdisciplinar e explora as formas de poder, como construímos significados, como representamos o mundo que nos cerca e seus produtos, as formas de linguagem, as formas de identidade entre outros pontos. Tal disciplina começou a tomar forma nos países de língua inglesa a partir da década de 1960.

Abordar a identidade nos poemas indígenas nos remete à questão cultural da poeta e à formação da sua personalidade enquanto sujeito indígena. É preciso fazer um posicionamento prático e teórico a respeito disso nos textos analisados. Desse modo, os poemas serão decodificados por meio da análise de categorias como gênero, nacionalidade, etnia e funções sociais.

A literatura em questão é carregada de cultura, uma vez que toda ação social é cultural. A literatura indígena reflete o conhecimento do povo não-ocidental, que é superior a qualquer conhecimento ocidental dessa realidade. Essa forma de significar as coisas, por meio das ações sociais é o que nos define. Todas essas práticas sociais expressam um significado, por isso são práticas de significação (HALL, 1997).

Desse modo, abrir-se à literatura indígena significa buscar novas formas de ver a literatura fora dos cânones ocidentais. Essa atitude pode desvendar muitos saberes que só podem ser encontrados nesse universo

de concepções indígenas sobre o mundo, a história e a cultura ancestral da base do povo brasileiro.

Não reconhecer outras formas de literatura, como a literatura indígena, é se fechar ao novo, e isso é muito perigoso, pois provoca o empobrecimento conceitual por conta de preconceitos e racismos de várias formas. Spivak explica que (2018), “se nós podemos aprender racismo, nós podemos desaprendê-lo, e desaprendê-lo precisamente porque nossas assunções sobre raça representam um fechamento de possibilidade criativa, a perda da opção do outro, outro conhecimento”.

E por meio desse novo campo de estudo, desmistificando os preconceitos, pode-se contribuir grandemente na área educacional, no sentido de incentivar e contribuir com a abertura de novas fontes de conhecimento fora do olhar ocidental. Nesse sentido, estudar literatura indígena brasileira significa contribuir para a educação escolar dos jovens, pois os conteúdos relacionados às minorias devem ser ensinados tomando como base vários contextos (ocidentais e não-ocidentais) que existem no Brasil, não se pode estudar os fatos em uma visão unívoca. Mesmo não sendo uma tarefa fácil, a escola deve dispor essas informações para os alunos, sendo a escola o espaço primário de promoção de saberes (RODRIGUES, 2016).

Nesse mesmo sentido, Hall (2003) reforça que a literatura permite ao leitor conhecer costumes, culturas e comportamentos de outros povos, que podem estar em outros tempos, lugares e espaços que não são os mesmos que o seu. Assim se dá a apropriação de novos conceitos para reforçar a organização da ideia de mundo, como também a construção da identidade na busca pelo lugar de fala.

Todas as pessoas possuem um lugar de fala, que é o resultado de um lugar social, e é por meio de uma escuta legitimada das vozes nos lugares diferentes que poderá haver um debate significativo sobre os variados assuntos que existem na sociedade (RIBEIRO, 2017). Pensar nesses lugares é reforçar identidades que foram silenciadas durante muito tempo, rompendo com o cenário hierárquico elitizado e masculino existente no campo literário até a atualidade.

##### **5. *Formação da identidade feminina indígena: análise dos poemas de Márcia Kambeba***

Ainda que a literatura de autoria feminina tenha conquistado um

espaço no cenário literário brasileiro, o espaço reservado para as autoras indígenas ainda é bem pequeno, ou até mesmo invisível, se levarmos em consideração a opinião de alguns estudiosos da área que afirmam não existir literatura indígena.

Essa afirmação perdura até hoje, pois, segundo Todorov (1984 *apud* ROUXEL, 2012), há duzentos anos existe a insistência de que a linguagem encontra a sua finalidade em si mesma, entretanto algumas evidências precisam ser lembradas: a literatura está relacionada à existência humana, à moral e à verdade, ela é a possibilidade de compreender valores comuns dentro de uma sociedade. A literatura transcende a padrões estéticos e linguísticos, ela é muito mais que isso.

Nesse sentido, dar espaço para manifestações literárias indígenas significa colocar em evidência a nossa cultura ancestral, que está associada à existência do povo brasileiro, compreendendo e resgatando valores, crenças e costumes que foram esquecidos no percurso colonial do país.

O livro da indígena Márcia Kambeba é marcado por fortes traços de oralidade e ancestralidade, a todo momento a autora cita rituais, crenças, dentre outras características da cultura indígena, apresenta a reconstrução da identidade feminina indígena em seus poemas, quando aborda termos como “filha da selva” ou “minha cara de índia”.

A estética da poesia da autora é uma característica inerente nas suas produções, encontramos rimas e entonações próprias da língua indígena. O livro é marcado pela história do povo kambeba, que lutou durante muitos anos para conseguir sobreviver ao período colonial.

O poema que pretendemos examinar intitula-se “Ser indígena – Ser omágua”, a autora aborda no título a denominação original da etnia, Omágua, pois Kambeba é um apelido dado ao povo pela prática de achar o crânio, como dito anteriormente. Logo no título, nota-se que a autora busca reafirmar a existência do povo omágua/kambeba. Esse poema é formado por três estrofes, Eis o texto:

SER INDÍGENA – SER OMÁGUA

Sou filha da selva, minha fala é Tupi.  
Trago em meu peito,  
as dores e as alegrias do povo Kambeba  
e na alma, a força de reafirmar a  
nossa identidade,  
que há tempo fico esquecida,  
diluída na história.  
Mas hoje, revivo e resgato a chama

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

ancestral de nossa memória.

Sou Kambeba e existo sim:  
No toque de todos tambores,  
na força de todos os arcos,  
no sangue derramado que ainda colore  
essa terra que é nossa.  
Nossa dança guerreira tem começo,  
mas não tem fim!  
Foi a partir de uma gota d'água  
que o sopro da vida gerou o povo Omágua.  
É na dança dos tempos  
pajés e curacas  
mantêm a palavra  
dos espíritos da mata,  
refúgio e morada  
do povo cabeça-chata.

Que o nosso canto ecoe pelos ares  
como um grito de clamor a Tupã,  
em ritos sagrados,  
em templos erguidos,  
em todas as manhãs!

A escrita da Márcia Kambeba é perpassada por um corpo que procura inscrever a figura indígena feminina na poesia, esse poema é fruto de vários momentos históricos que autora passou em sua vida, ou que conheceu por meio da voz dos ancestrais. A autora dá vida aos momentos sofridos pelo seu povo, por meio dos poemas. Ela dá vida ao papel estéril e consegue transpor sua identidade, a origem do seu povo, resgatando a memória em uma luta pelo território indígena.

Na primeira estrofe, a autora reafirma a sua identidade, enquanto índia, apresenta a sua língua materna, o tupi, que atualmente é ensinado para as crianças e adultos, afim de que a língua não desapareça, segundo Silva (2002), existiam mais de mil línguas indígenas faladas no início da colonização, que eram faladas no Brasil, línguas de diferentes famílias linguísticas. Nessa mesma estrofe, ela fala que seu povo passou por alegrias e tristezas. A autora fala sempre de modo coletivo, ainda que ela tenha vivido isso, ela fala em nome do seu povo, retrata as memórias de seus ancestrais, assim se exprime o sentimento de uma coletividade, é o que pode ser observado no verso que diz “revivo e resgato a chama ancestral de nossa memória”, a autora fala em nome do seu povo. Reafirmando que a escrita é uma forma de fazer registrar a cultura indígena kambeba. Logo no final da primeira estrofe ela evidencia a luta pelo ter-

ritório indígena, ao afirmar que a terra é deles, ser mulher indígena é lutar por direitos, por território, pelo não esquecimento da cultura indígena.

Os kambebas foram povos que viveram boa parte da história escondidos, com medo, na segunda estrofe fica claro que eles não querem mais viver no anonimato, isso se comprova com o “grito” da autora em afirmar que “Sou Kambeba e existo sim”, ela afirma a sua existência indígena, enquanto ser um humano, que deve ser valorizado e respeitado, dentro da sua cultura, das suas crenças, nos seus rituais.

Também na segunda estrofe, a autora fala das guerras que o seu povo enfrentou no decorrer da história, reafirma também a sua territorialidade, quando diz “essa terra que é nossa”, para reafirmar que quando os colonizadores chegaram no país os indígenas já estavam aqui. Relata o surgimento do povo omágua/kambeba, que cresceu as margens do rio. A função da mulher indígena na contemporaneidade é lutar pelo território, que está sendo atacado pela sociedade atual.

Nessa mesma estrofe, ela reafirma a cultura do seu povo, novamente falando em nome da coletividade, citando as danças, os pajés, espíritos da mata, toda a sua cultura ancestral que se mantém viva até hoje, que foi transmitida principalmente pela oralidade, por meio de seus ancestrais, mas que pode também ser resgatada por meio da escrita, com o uso da poesia.

Na terceira a última estrofe, a autora suplica para que o grito do seu povo chegue para as outras pessoas, para que todos conheçam e respeitem a cultura dos kambeba, reforçando a forma como fazem seus rituais todas as manhãs, na aldeia. Levando em consideração que o subalterno não tem voz, segundo Spivak (2018). Os poemas de Márcia Kambeba são carregados de memórias orais e representam não apenas a autora, mas todo o seu povo, isso pode ser verificado no segundo poema que escolhemos para a análise, intitulado de “Território Ancestral”; ei-lo:

TERRITÓRIO ANCESTRAL

Maámunhã ira apigáupérikúé

Waáperewa, waáyuká

Waámunhãmaáputari.

Tradução:

O que fazer com o homem na vida,

Que fere, que mata,

Que faz o que quer.

Do encontro entre o “índio” e o “branco”,

Uma coisa não se pode esquecer,

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Das lutas e grandes batalhas,  
Para terra o direito defender.

A arma de fogo superou minha flecha,  
Minha nudez se tornou escandalização,  
Minha língua foi mantida no anonimato,  
Mudaram minha vida, destruíram o meu chão.

Antes todos viviam unidos,  
Hoje, se vive separado.  
Antes se fazia o Ajuri,

Hoje, é cada um para o seu lado.

Antes a terra era nossa casa,  
Hoje, se vive oprimido.  
Antes era só chegar e morar,  
Hoje, nosso território está dividido.

Antes para celebrar uma graça,  
Fazia um grande ritual.  
Hoje, expulso da minha aldeia,  
Não consigo entender tanto mal.

Como estratégia de sobrevivência,  
Em silêncio decidimos ficar.  
Hoje nos vem a força,  
De nosso direito reclamar.  
Assegurando aos tanutyura,  
A herança do conhecimento milenar.

Mesmo vivendo na cidade,  
Nos unimos por um único ideal,  
Na busca pelo direito,  
De ter o nosso território ancestral.

O que fazer com homem na vida  
Que fere, que mata,  
Que faz o que quer.

A começar pelo título, esse poema nos remete à memória do povo Cambeba, quando a autora usa o termo “ancestral”, é um poema que fala de tudo o que foi transmitido de geração em geração por meio da oralidade. A primeira estrofe do poema é escrita na língua materna da autora, o tupi, desse modo, ela nos remete a sua oralidade, para o indivíduo ocidental conheça um pouco da sua língua.

A segunda estrofe é a tradução da primeira, ela fala do homem não indígena, que é capaz de matar ferir para conseguir o que quer, nessa

### *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

estrofe é possível identificar traços da oralidade no sentido externar todas as atrocidades que o povo kambeba passou por culpa do “homem branco”, ela transmite o sofrimento da coletividade.

Logo na terceira estrofe a autora fala da luta entre “índio” e “branco”, que eles não esquecem, e as histórias são transmitidas de geração em geração, com a eterna batalha do índio defendendo a sua territorialidade.

A autora, na quarta estrofe, fala da inferioridade de armamento dos índios em relação aos brancos, da forma como foram tratados e sua língua foi considerada sem valor. Os colonizadores obrigaram os índios a usarem roupas ocidentais e eram proibidos de usar a língua materna, os índios eram considerados povos sem cultura, a qual deveria ser extinta. Com a chegada dos europeus toda a cultura indígena foi destruída.

A quinta estrofe mostra a individualidade dos povos como uma herança da colonização também. A autora afirma que antes da chegada dos europeus ao continente, os índios viviam em união, faziam “ajuri”, que significa mutirão, tudo o que se caçava todos comiam e ninguém passava necessidade pois todos se ajudavam, essa é a cultura indígena. Com a colonização os povos ficaram individuais, “cada um para o seu lado”.

A sexta estrofe fala da opressão que os índios sofreram em suas próprias terras, onde antes viviam livres, sem preocupações com demarcações ou moradias fixas, o território indígena passa a ser dividido.

A autora relembra rituais dos seus ancestrais, na sétima estrofe, que deram lugar agora para a maldade que assola o território indígena, marcado pelo “homem branco”. Na oitava estrofe, a autora descreve o momento da história que os kambeba optaram por se esconder, para preservar a existência do seu povo, para assegurar às próximas gerações a cultura milenar indígena.

Na nona estrofe, a autora reafirma a sua identidade indígena mesmo morando na cidade, pois muitas pessoas acreditam que o índio que mora na cidade está renegando a sua cultura, o que é uma inverdade, pois mesmo morando na cidade o índio pode manter a sua cultura viva, assim como faz a autora do poema ora analisado, pois ela mora em Belém, no estado do Pará, no entanto não esquece de suas raízes, seus antepassados, suas crenças, seu povo.

## **6. Considerações finais**

As mulheres e autoras indígenas tem movimentado o cenário literário com produções contemporâneas, a autora em questão traz à baila assuntos como o massacre sofrido pelos índios kambeba no período colonial, aborda também a cultura, costumes, identidade, medos, alegrias, conquistas do seu povo por meio da literatura.

A autora faz o uso da literatura como resposta a superação do período colonial. Em seus poemas destacamos a história da sua etnia, a luta do seu povo, a sua identidade indígena. São textos que rompem os padrões atuais de literatura e possuem uma carga cultural muito densa.

Com fortes marcas de oralidade, a autora nos leva para sentir o que seu povo sentiu, a passar o que eles passaram, a viver a cultura e aprender os rituais. Sua literatura transita em uma poética de confronto e de relação provocando uma leitura de análise e imaginário.

A autora rompe o preconceito que existe quando o índio mora na cidade, e defende que mesmo que ela more na cidade não perde a sua identidade, não deixa de ser índia. Reforçar esses conceitos na sociedade e nos meios acadêmicos é de suma importância, visto que é preciso desmistificar a imagem do índio, ensinar uma outra versão da história no período colonial nas escolas, a versão indígena, pois eles são os detentores do lugar de fala dessa história.

Entendemos que a função da mulher indígena na contemporaneidade é continuar a batalha pelo não esquecimento dos povos indígenas, a literatura é um excelente meio para essa manifestação, pois por meio dela se alcança um incontável número de pessoas. A mulher indígena deve batalhar para que seu povo não perca a sua cultura nem o seu território, pois o indígena precisa das suas terras para manter suas raízes.

Assim, é por meio da literatura que a mulher indígena encontrou uma forma de fortalecer a registrar sua memória oral e manter viva sua cultura ancestral. Ainda que o discurso da sociedade dominante atual seja pela não preservação das terras indígenas, elas devem promover e incentivar esse movimento de proteção indígena, dar força e voz ao povo indígena, e isso pode ser feito de forma eficaz por meio da literatura indígena.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Trad. DE Marcus

Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998

DIAS, Maria Berenice. O Direito das mulheres. Maria Berenice Dias. 31 de ago. de 2010. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/artigos.php?cat=702&subcat=&termobusca=&ordem=&pagina=3#anc>>. 2010. Acesso em: 19 de julho de 2019

Du GAY, Paul, HALL, Stuart; JANES, Linda; McKAY, Hugh; NEGUS, Keith. In: *Doing Cultural Studies: The Story of the Sony Walkmann*. London: Sage, 1997.

FIOROTTI, Devair. MANDAGARÁ, Pedro. Contemporaneidades ameríndias: diante da voz e da letra. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. On-line version* ISSN 2316-4018. Estud. Lit. Bras. Contemp. n. 53 Brasília Jan./Apr. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-40182018000100\\_013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182018000100_013)>. Acesso em: 15. Out. 2019.

GASPARETTO, Zíbia. *Espinhos do Tempo*. São Paulo: Vida e Consciência, 2002.

GRAÚNA, Graça. Literatura Indígena no Brasil contemporâneo e outras questões em aberto. In: *Educação & Linguagem*. V. 15. n. 25, p. 266-76, jan.-jun. 2012 ISSN impresso: 1415-9902. ISSN eletrônico: 2176-1043.

GRAÚNA, Graça. *Literatura Indígena: desconstruindo estereótipos, repensando preconceitos*. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/ggrauna/ggrauna\\_lit\\_indigena\\_desconstruindo.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/ggrauna/ggrauna_lit_indigena_desconstruindo.pdf)> 2017. Acesso em: 27. Jul. 2019

Hall, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*/stuart Hall; Organização Liv Sovik. Trad. de Adelaide La Guardia Resende. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

\_\_\_\_\_; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (Org.). 15 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Aykakyritama (Eu moro na cidade)*. Manaus: Grafisa, 2013.

MACIEL, Benedito. Apresentação. In: *Aykakyritama (Eu moro na cidade)*. Manaus: Grafisa, 2013. p. 13-15

MUNDURUKU, Daniel. A literatura indígena não é subalterna. Publicado em 16/03/2018. In: *Itaú cultural*. Disponível em:

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

<<http://www.itaucultural.org.br/a-literatura-indigena-nao-e-subalterna>>. Acesso em: 19. Nov. 2018.

REIS, Roberto. Canôn. In: JOBIM, José Luis (Org.). *Palavras de crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, Wallace. O ambiente escolar e a valorização cultural indígena. In: *Educação, cultura & comunicação*. V. 8 n. 1 jan-jun 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/Paola/Downloads/21990-89396-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Paola/Downloads/21990-89396-1-PB%20(1).pdf)> Acesso em: 27. Jul. 2019

ROUXEL, Annie. Mutações epistemológicas e o ensino da literatura: o advento do sujeito leitor. Trad. de Samira Murad. In: *Revista Criação & Crítica*, 2012, n. 9, p. 13-24. Disponível em: <<http://www.revista.usp.br/criacaoecritica>> acesso em: 30.Jul.19

SILVA, Thaís Cristófar. Morte de língua ou mudança lingüística? - Uma revisão bibliográfica. In: *Revista do Museu Antropológico*. Goiás: UFG, v. 5, 6, n. 1, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/Thomaz Tadeu da Silva (Org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

TAUKANE, Darlene. *A história da educação escolar entre os Kurâ-Bakairi*. Cuiabá: Darlene Taukane, 1999.

ZILBERMAN, Regina. Que literatura para a escola? Que escola para a literatura?. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. V. 5, n. 1, p. 9-20, jan./jun. 2009.